

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	1/12
--	------

PROJETO DE CURSO

SUB-AÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente	CNPJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	24.464.109/0001-48

ENDEREÇO
Campus A. C. Simões Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL

MUNICÍPIO	UF	CEP	DDD/TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Maceió	AL	57072-970	(82) 3214-1000	www.ufal.br

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA	CÓDIGO DA GESTÃO
153037	15222

NOME DO RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	CPF
Josealdo Tonholo	reitor	163.923.988-05

CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	MATRÍCULA
	Professor do Magistério Superior	1121401

ENDEREÇO	CEP

ESFERA ADMINISTRATIVA
FEDERAL - Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo

NOME DO COORDENADOR DO PROJETO	DDD e TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CPF

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA			2/12
NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES	(82) 99983-7373	neiza.fumes@iefe.ufal.br	072023468-93

1. DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO – CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – DI

1.1. OBJETIVO GERAL

- Aperfeiçoar professores da Educação Básica para atuar na oferta do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual na Educação Básica, de modo colaborativo e participativo.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Possibilitar o aperfeiçoamento da prática pedagógica do professor do Atendimento Educacional Especializado envolvendo o estudante com deficiência intelectual na Educação Básica;
- Possibilitar a discussão do modelo social da deficiência e a sua implicação para a escolarização do estudante com deficiência intelectual na Educação Básica;
- Discutir sobre Direitos Humanos e a Educação da Pessoa com Deficiência Intelectual;
- Promover a reflexão acerca dos preconceitos e das barreiras pedagógicas que impedem/dificultam a inclusão de alunos com deficiência intelectual em escolas regulares;
- Compreender e aplicar os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem na escolarização do estudante com deficiência intelectual;
- Oferecer aperfeiçoamento teórico-prático em relação às estratégias de ensino para estudantes com deficiência intelectual em contexto educacional inclusivo;
- Subsidiar a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado para estudante com deficiência intelectual e a proposição de adequações curriculares; e,
- Fomentar a criação de uma rede de apoio à inclusão nas escolas públicas regulares de Educação Básica.

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A educação é um dos direitos sociais assegurado a todos os brasileiros pela Constituição Federal (1988) (artigo 6º), como ainda é, conforme o artigo 205, “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Para a pessoa com deficiência, a garantia deste direito ainda está em construção, considerando que

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	3/12
--	------

não temos a universalização das matrículas e muito menos temos garantida a aprendizagem com sucesso para todos os estudantes do público alvo da Educação Especial matriculados. Essa situação se deve ao fato de que, por muito tempo, se compreendia que a escola especializada como a mais adequada para a pessoa com deficiência em vez das escolas regulares ou mesmo pelo entendimento que a escola não era lugar para estas pessoas. Tais compreensões estão assentes no modelo médico de deficiência (Diniz, 2007), que as inferioriza e as segrega da sociedade.

No Brasil, a aprovação da *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (PNEEPI) (2008), bem como a do Decreto Legislativo n.º 186/2008, do Decreto n. 6949/2009, da Lei Brasileira de Inclusão (n.13.146/2015), dentre outros, tiveram um papel crucial para a mudança do modelo de deficiência e de educação da pessoa com deficiência. Especificamente, o modelo de deficiência baseado em direitos e o modelo social começam a ganhar relevância e a nortear as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência.

No campo educacional, o decreto n. 6949/2009, artigo 24, item 1 estabelece que: “1.Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão **sistema educacional inclusivo em todos os níveis**, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida [...]” (grifo nosso). Tais normas legais, juntamente com o investimento público, sobretudo do governo federal, impactou nas matrículas do público alvo da Educação Especial. De modo muito significativo, no período de 2007-2026, houve um aumento significativo do número de matrículas da Educação Especial na escola regular, ao passo que as matrículas em classes e escolas especiais diminuíram ano a ano (INEP, 2016).

Merece destaque o financiamento de diversas ações que tornaram possíveis muitos dos objetivos apresentados pela PNEEPI, dos quais destacamos a implantação de salas de recursos multifuncionais em todo território brasileiro, a constituição dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades públicas federais, a formação de professores da Educação Básica por meio das ações da *Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFOR)* e o Plano Viver Sem Limites (2011).

Um dos pilares eleitos para a construção de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, especificamente nos governos do presidente Lula e Dilma, foi a formação de professores da Educação Básica para atender a diversidade de seu alunado, como também formar profissionais para atuar no atendimento educacional especializado (AEE). Neste sentido, inicialmente, tivemos a proposição e o desenvolvimento de diversos programas, como o *Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade*, que atendeu mais de 90 mil profissionais da educação em 4 anos (SEESP, 2009) e a formação da rede de formação constituídas por universidades públicas brasileiras, em 2007.

Apesar dos esforços empreendidos nas duas últimas décadas (tanto no Brasil, quanto em Alagoas), ainda persistem dificuldades na formação docente em diferentes níveis e, consequentemente, a qualificação do professorado vem se mostrando o maior dos impedimentos neste processo. Na formação inicial, Carmo e Fumes (2018) demonstraram que a principal instituição de formação superior do estado de Alagoas apresenta uma invisibilidade de conteúdos relacionados à inclusão escolar nos seus cursos

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	4/12
--	------

de formação de professores. Assim, a Formação Continuada ganha uma importância ainda maior, devido a fragilidade da formação inicial. Contudo, iniciativas dos governos estaduais e municipais de formação continuada de professores na área de Educação Especial ainda são incipientes, e quando existem, elas se mostram falhas como demonstram diversos estudos realizados por pesquisadores do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI) da Universidade Federal de Alagoas (Barbosa, Fumes, 2018; Fumes et al., 2014, Calheiros, Fumes, 2014).

Estas lacunas reforçam a necessidade da oferta de ações para formação docente, para que assim o Brasil possa construir um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Nesta direção é que surge esta proposta de formação para professores do Atendimento Educacional Especializado, que trabalham/trabalharão com estudantes com deficiência intelectual.

No concernente à formação do professor para atuar com AEE, esta deve ser capaz de desenvolver saberes e práticas que possibilitem ao professor a realização de um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Brasil/Secadi, 2011, § 1).

A oferta do AEE está diretamente relacionado com o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), em 2007, desenvolvido pelo governo federal e tinha o intuito de tornar disponível a oferta do AEE em todo o território nacional, assegurando, dessa maneira, que o público alvo da Educação Especial tenha acesso a esse serviço (PORTARIA NORMATIVA nº 13/2007).

Vale dizer que com a oferta do AEE deseja-se a minimização das insuficiências e barreiras que interferem prejudicialmente no aprendizado e na participação escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação¹ (DIAS, 2010).

Para atuar nas SRM, é preciso que o profissional tenha “formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (Resolução n.º 4. 2009, art.12). Em relação à especificidade, o governo federal tem assumido essa responsabilidade e vem orientando, bem como financiando essa formação através da modalidade a distância.

Em relação à formação do professor do AEE que irá atuar com alunos com deficiência intelectual, nesta proposta, será realizada em uma perspectiva sociohistórica, fundamentando-se na produção teórica principalmente da escola vigotskyana.

Dentre as muitas contribuições do autor para entender a deficiência, a deficiência intelectual e o papel do educador, destacamos a ênfase dada por Vigotski (1997) na observação dos aspectos qualitativos do desenvolvimento da criança com deficiência e pôr de lado os aspectos quantitativos do mesmo. Com isto, o autor considera que a intervenção educacional deve objetivar uma educação compensatória, voltada para a valorização das características mais positivas do aluno e para a superação dos seus defeitos secundários (defeitos mediatizados pelo defeito primário), que afetam, sobretudo, os aspectos psicológicos e sociais do comportamento. Esses defeitos (secundários) são dependentes do “peso” que o defeito primário ocupa no sistema geral dos processos psicológicos (Kozulin, 1990), como também do

¹Alunos público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2008).

“valor” que a função perdida tem para a sociedade na qual o sujeito está inserido e no momento histórico em que vive, e ainda do valor da função para a vida profissional daquele, nas situações de deficiências adquiridas tardiamente. Tendo isto em conta, os defeitos secundários decorrentes do deficitário funcionamento cognitivo de uma pessoa que vive atualmente num grande centro urbano e de outra com características idênticas, mas residindo numa pequena comunidade rural, isolada dos grandes centros urbanos, são possivelmente muito diferentes. Isto porque, a primeira vive numa sociedade organizada com vista a valorizar ao máximo as suas funções intelectuais e acadêmicas, de modo que todo o fracasso em áreas sustentadas nestas funções é percebido de forma muito negativa e traz sempre consigo pesados rótulos, que interferem na relação do sujeito com o “outro”. Por sua vez, a outra pessoa, residente numa pequena comunidade rural, terá pela frente demandas que valorizam, muitas vezes, a força física, e que colocam em segundo plano as funções intelectuais, considerando estas não serem fundamentais para a sua subsistência e a do seu grupo (antes de saber ler e escrever, é necessário saber arar a terra, plantar a semente, colher os frutos, transportar a água e a lenha, e assim por diante). Caso não fracasse no cumprimento das esperas sociais, esta pessoa pode ser considerada como outra pessoa qualquer da comunidade, não lhe sendo atribuído particularmente nenhum rótulo, que possa depreciar as suas relações com os demais membros.

É nesta perspectiva que pretendemos desenvolver esta formação continuada – desenvolvendo o olhar dos professores para os aspectos qualitativos e positivos do desenvolvimento e da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

A partir destes aspectos, esperamos que o professor seja capaz de desenvolver as possibilidades de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual em um contexto educacional inclusivo, articulando a teoria com a prática e envolvendo os diferentes atores deste processo.

Esta proposta de formação envolve um corpo docente com vasta experiência com formação (inicial e continuada) de professores², incluindo ações contempladas pelo Renafor, e muitos deles integram o recém aprovado Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Especial – mestrado – em associação entre Universidade Federal de Alagoas e Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas³.

Consideramos que esta proximidade entre ensino, extensão e pós-graduação em muito favorecerá no desenvolvimento de uma formação continuada de alta qualidade.

Salienta-se que o referido projeto terá o apoio logístico e gerencial da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância, órgão que na Ufal é responsável pelas ações que são desenvolvidas na modalidade EaD.

3. PRODUTOS ESPERADOS

1. Relatório inicial e final das atividades do curso;
2. Produção de 09 (nove) videoaulas referentes a cada uma das unidades curriculares;
3. Produção de 01 (um) ebook reunindo os materiais bibliográficos produzidos para as diferentes

²² Vide notas biográficas em 4.1 do texto.

³ <https://iefe.ufal.br/pos-graduacao/mestrado-profissional-associado-uncisal-ufal-em-educacao-especial/>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 6/12
---	---

unidades curriculares; e

4. Produção de 01 (um) ebook reunindo os relatos de experiências dos cursistas.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de aperfeiçoamento em “Atendimento Educacional Especializado para o estudante com deficiência intelectual” terá a duração de 150 horas, estando estas distribuídas em 09 (nove) unidades curriculares, as quais serão ministradas de forma subsequente e por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle).

As unidades curriculares, carga horária e docente responsável para o curso de aperfeiçoamento são as seguintes:

1) Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva

Docente Responsável: Dr.^a Soraya Dayanna Guimarães Santos

Carga horária: 15 h

2) Direitos Humanos e a Educação Inclusiva

Docente Responsável: Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo

Carga Horária: 15 h

3) Deficiência Intelectual: conceitos e características

Docente Responsável: Dr.^a Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Carga horária: 15 h.

4) Projeto Político Pedagógico para a promoção da Educação Inclusiva

Docente Responsável: Dr. Nagib José dos Santos

Carga Horária: 15 h

5) Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Deficiência Intelectual na Educação Básica: construção coletiva e participativa

Docente responsável: Ms. Márcia Lucia Nogueira de Lima Barros

Carga horária: 30 h

6) Redes colaborativas no Atendimento Educacional Especializado para o Aluno com Deficiência Intelectual na Educação Básica

Docente Responsável: Dr.^a Tarciana Angélica Lopes Damato

Carga horária: 15 h

7) Princípios e aplicação do Desenho Universal de Aprendizagem para a promoção da educação inclusiva

Docente Responsável: Dr.^a Neiza de Lourdes Frederico Fumes

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	7/12
--	------

Carga horária: 15h

8) Acessibilidade e Tecnologia Assistiva aplicada à escolarização do aluno com deficiência intelectual na Educação Básica

Docente Responsável: Dr. David dos Santos Calheiros

Carga horária: 15 h

9) PDDE INTERATIVO/Sala de Recursos Multifuncional - Financiamento, adesão e gestão de Recursos

Docente Responsável: Dr.^a Elisângela Leal de Oliveira Mercado

Carga horária: 15 h

4.1. Mini-currículo do Corpo Docente

BRUNO CLEITON MACEDO DO CARMO

Professor Efetivo Ufal –Arapiraca

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Alagoas (2007), graduação em Fisioterapia pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (2006), graduação em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2018), mestrado em Nutrição pela Universidade Federal de Alagoas (2009) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (2019). Atualmente é professor da Universidade Federal de Alagoas atuando nos cursos de Licenciatura em Educação Física e no Programa de Pós-graduação em Ensino e Formação de professores. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em políticas públicas educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: censo educacional, inclusão, educação especial, educação física e gênero.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1324613444134954>

DAVID DOS SANTOS CALHEIROS

Professor da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas e Coordenador geral do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Especial em associação Ufal-Uncisal

Doutor e Mestre em Educação Especial, com formação na Universidade Federal de São Carlos. Licenciado em Educação Física, pela Universidade Federal de Alagoas e Bacharel em Terapia Ocupacional, pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. Docente do Mestrado Ensino na Saúde e Tecnologia - MEST/UNCIS. Coordenador do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Especial - PROPGEES/UNCISAL-UFAL.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1819644719345037>

ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO

Professora do Centro de Educação/Ufal

Professora Adjunta II da Universidade Federal de Alagoas. Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia e em Educação Especial. Mestre em Linguística e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Formação em Tutoria Virtual pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Concluiu o Curso de Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar (CAAEAHD /UFMS) Leciona na graduação presencial e na modalidade a distância da UFAL e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAL) e no Programa de

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	8/12
--	------

Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI/UNESP). Ministra disciplinas pedagógicas voltada à área de Gestão Educacional, Estágio Supervisionado, Psicologia da Educação, Psicopedagogia, Processo Ensino e Aprendizagem, Educação Especial, Educação Infantil, Alfabetização e Letramento e Inspeção Escolar. Participou do Programa Mídias na Educação do MEC/UFAL e do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Intelectual (AEE-DI/UFAL). Pesquisadora do Observatório Estadual de Educação Especial (OEEESP) e vice coordenadora do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI). Presidente do Conselho Municipal de Educação de Maceió (biênio 2017/2019), Diretora de Formação da União nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/AL -biênio 2018/2020). Membro do Comitê Gestor Estadual para das ações de cuidado das crianças com Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika e outras síndromes causadas por STORCH. Membro da Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI) e da Rede Estadual da Primeira Infância (REPI/Alagoas). Integra o Pacto Estadual Pela Primeira Infância em Alagoas e Comissão de Alinhamento do Plano Municipal pela Primeira Infância em Maceió.

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2713240004237441>

MARCIA LUCIA NOGUEIRA DE LIMA BARROS

Professora do Atendimento Educacional Especializado – SEMED/Maceió

Mestre em Educação (Ufal), graduada em História (Cesmac), Educação Física e Pedagogia (Ufal) e Educação Especial (Ufscar). Especialista em Educação Especial, Direito Educacional, Atendimento Educacional Especializado. Docente da Educação Básica da Rede Municipal de Maceió, na área de Educação Especial, onde realiza o Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais.

Link para Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0325604719538166>

NAGIB JOSÉ DOS SANTOS

Professor da Faculdade de Letras/Ufal

Possui graduação em Filosofia, pela Universidade Federal de Alagoas (2008); especialização em Psicopedagogia, pelo Instituto Batista de Ensino Superior de Alagoas - IBESA (2009); Mestre em Educação Brasileira (2014), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação no Centro de Educação - CEDU / UFAL; e é doutor em educação, pelo mesmo programa (2023). Atua como docente no Curso Letras-Libras da Universidade Federal de Alagoas - Campus A.C. Simões; e participa como membro do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI) situado no mesmo Campus. Tem experiência na área de Educação com ênfase na Educação de Surdos, e desenvolve pesquisas sobre as seguintes temáticas: Libras, Educação bilíngue, Atendimento Educacional Especializado à pessoa com surdocegueira e formação de professores sobre surdez, surdocegueira e múltipla deficiência.

Link para Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1902702018378459>

NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES

Professora Titular do Instituto de Educação Física e Esporte e Coordenadora institucional do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Especial

Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), mestrado em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e doutorado em Ciências do Desporto e Educação Física pela Universidade do Porto (2001). Professora Titular da Universidade Federal de Alagoas, onde atua no Programa de Pós-graduação em Educação

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	9/12
--	------

(Mestrado e no Doutorado), do CEDU/UFAL, no Proframa de Pós-graduação Profissional em Educação Especial (além de ser a coordenadora institucional) e no curso de graduação em Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), do IEFE/UFAL. Também atua no mestrado profissional em Educação Inclusiva – UNESP – Presidente Prudente. Tem experiência na área da Educação Inclusiva e Educação Física Adaptada. Tem pesquisado principalmente nos seguintes temas: Formação de professores e os desafios da inclusão de pessoas com deficiência em diferentes contextos educativos, formação docente e a escolarização de alunos com deficiência intelectual. Foi coordenadora do Curso de Formação de Professores da Educação Básica para o Atendimento do Aluno com Deficiência Intelectual, financiado pelo FNDE/MEC, Participou como subcoordenadora do PIBID-UFAL, curso de Pedagogia - UAB. Foi criadora e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade (NAC) da Universidade Federal de Alagoas, do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI) e do Grupo de Estudos e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA). É pesquisadora do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP). Participou como subcoordenadora do PIBID-UFAL, curso de Pedagogia - UAB e foi coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento em Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Intelectual. Foi representante para a América Latina da International Association of Adapted Physical Activity (ISAPA) entre 2015 e 2020. Foi presidente da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA) entre 2018-2022 e membro da diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) entre 2018-2021. É membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) (2023-2025). Coordenadora de Projeto Universal sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8834824295660511>

SORAYA DAYANNA GUIMARÃES SANTOS

Professora do Instituto de Educação Física e Esporte/Ufal

Doutora e Mestre em Educação (PPGE/CEDU/UFAL). Graduada em Educação Física (UFAL). Especialista em Educação Física na Educação Básica (UNCISAL). Realizou doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra-Portugal (2013/2014). Professora adjunta do Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE/UFAL), atua no Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF/IEFE/UFAL) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFV). Atualmente é Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Física do IEFE/UFAL. É Membro-pesquisadora do Núcleo de Estudos em Educação e Diversidades (NEEDI/UFAL). Tem experiência nas áreas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Tem pesquisado e publicado principalmente nos seguintes temas: prática pedagógica, formação docente e processo de inclusão do estudante com deficiência da Educação Básica à Educação Superior, além de práticas colaborativas para Educação Inclusiva. Foi Bolsista de Doutorado Capes (2012-2016). Participou como subcoordenadora do PIBID-Educação Física (UFV).

Link lattes: <https://lattes.cnpq.br/2876317735038468>

TARCIANA ANGELICA LOPES DAMATO

Professora Convidada EBTT IFSUL-Sapuçaia do Sul

Possui Doutorado em Cultura, Deficiência e Inclusão: educação e formação (Universidade dos Estudos de Roma), Mestrado em Educação (UFAL), Licenciatura Plena em Educação Física (UFAL) e Pedagogia (Claretiano). Formação em Docência para Educação Profissional e Tecnológica (IFSUL) e especializanda

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	10/12
--	-------

em Atendimento Educacional Especializado (FURG). Integrante do NEABI e NAPNE do IFSUL/Sapucaia do Sul. Atua com projetos relacionados as atividades inclusivas, educação física e esportes adaptados, educação antirracista e suas relações étnico raciais. Experiência em cursos EAD com formação continuada em Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7572615547964879>

5. EMENTA DO CURSO

1) FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Docente Responsável: Dra. Soraya Dayanna Guimarães Santos

Carga Horária: 15h

Ementa: Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva. Significado social da deficiência. Principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do estudante público alvo da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Bibliografia

AINSCOW, M. **Special needs in the classroom: a teacher education guide**. 2nd ed. Paris/London, UNESCO/Jessica Kingsley, 1997.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

FUMES, N. L. F.; SANTOS, S. D. G.; DAMATO, T. A. L. **Atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência intelectual: aspectos conceituais, legais e práticos**. Maceió: EDUFAL, 2019, v.1. p.178.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas: Editores Associados, 2006.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. xii, 211 p.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo, Summus, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 451 p.

2) DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Docente Responsável: Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo

Carga Horária: 15 h

Ementa: A construção histórica e social dos direitos humanos fundamentais. Multiculturalismo e direitos humanos nas sociedades contemporâneas. Bases legais para sustentação e efetivação dos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	 11/12
---	--

direitos humanos fundamentais na perspectiva da Educação Inclusiva. A prática docente como fomentadora da diversidade e de uma educação em direitos humanos no ambiente escolar.

Bibliografia:

BENEVIDES, M. V. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?**. São Paulo, FE-USP, 2000. (transcrição da palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf Acesso em 19 mar. 2024.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRANDÃO, Claudio. **Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência: História no Brasil e em Portugal**. Brasília: Venturoli Editora, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

FREIRE, P. **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo/ Paulo Freire; organização e notas de Ana Maria Araújo Freire, Erasto Fortes Mendonça – 2ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.**

3) DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

Carga horária: 15 h.

Docente Responsável: Drª. Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Ementa: Evolução do conceito de deficiência intelectual. Modelos explicativos da deficiência (médico, social e de direitos), modelos explicativos e características gerais da deficiência intelectual. Implicações para o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

Bibliografia

AAIDD. American **Association on Intellectual and Developmental Disabilities**. Faq on intellectual disability.2010. Disponível em: Acesso em: 21 maio 2012.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense; 2007. 96 pp.

LEITE, M. M. de F. A deficiência intelectual: história e estigmatização imposta as pessoas ao longo dos tempos. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, V. 8, n. 1,

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	12/12
--	-------

748–760. 2022<https://doi.org/10.51891/rease.v8i1.3866>

LURIA, L. ; VIGOTSKY, L. S. **Psicologia e Educação**: Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. São Paulo, Moraes. 1991.

MAFEZONI, A. C.; CESAR, T. M. A. Deficiência intelectual em perspectiva: concepções e evolução conceitual. **Comunicações**, v. 27, n. 3, p. 143-161. set.-dez. 2020.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. **Ressignificando A Deficiência** - da Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Porto Alegre, Amgh Editora, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**: Fundamentos de la Defectologia, T. 5. Madrid: Visor, 1997

4) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Docente Responsável: Dr. Nagib José dos Santos

Carga Horária: 15 h

Ementa: A função social da escola no contexto da sociedade capitalista. O PPP e sua caracterização política e pedagógica. O Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e operacionalização. O processo educacional escolar inclusivo e o Projeto Político Pedagógico.

Bibliografia:

DUARTE, N.; SAVIANI, D. **Conhecimento escolar e luta de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas, SP. Autores Associados, 2021.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

5) ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONSTRUÇÃO COLETIVA E PARTICIPATIVA

Docente Responsável: Márcia Lúcia Nogueira de Lima Barros

Carga horária: 30 h

Ementa: Estudo das possibilidades de apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o aluno com deficiência intelectual por meio do trabalho colaborativo. Estratégias de ensino para a inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual, a partir da construção coletiva de vivência dos direitos humanos no processo educativo. A elaboração do Plano de Atendimento Educacional Individualizado e suas contribuições no processo de inclusão escolar.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	13/12
--	-------

Bibliografia:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 13/2009: **diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: 2009.

BRASIL. MEC/SECADI. **Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual**. Brasília: MEC, SEESP, 2010.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. **Plano Educacional Individualizado**: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ciências Humanas e Sociais em Revista, Rio de Janeiro, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

GLAT, R.; PLETSCH, M. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais/organização**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

POKER, R. B. et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf

SANTOS, Luciana. Planejamento da ação didática na educação especial: compreensões necessárias na elaboração do plano de AEE. **Revista Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 98-113, 2019.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230076, 2018.

6) REDES COLABORATIVAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Docente Responsável: Dr.^a Tarciana Angélica Lopes Damato

Carga horária: 15 h

Ementa: Estudo dos diferentes serviços de apoio para a inclusão escolar. Estratégias para o estabelecimento de redes de apoio à inclusão escolar. Discussão e desenvolvimento de redes de colaboração dentro e fora da escola, com a participação da comunidade, a partir do Atendimento Educacional Especializado.

Bibliografia:

BRASIL. **Resolução n.4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. **Decreto n. 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	14/12
--	-------

BRAUN, P. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 324f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CALHEIROS, David dos S. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades**. Tese (doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, São Carlos, 2019. 204 f. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11292/CALHEIROS_David_2019.pdf?sequence=4&isAllowed=y . Acesso em: 20.mar.24

DAMATO, Tarciana A. L. Redes Colaborativas no AEE para o Estudante com Deficiência Intelectual. In: FUMES, N.; SANTOS, S.; DAMATO, T. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado para Estudantes com Deficiência Intelectual**: aspecto conceituais, legais e práticos. 1ed.Maceió: EDUFAL, 2019, v. 1, p. 79-102

DOUNIS, Alessandra B. **Os desafios da implementação de uma rede de apoio à escolarização de uma estudante com paralisia cerebral**: A dimensão subjetiva do trabalho colaborativo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Maceió, 2019, 321 f. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6887> . Acesso em: 20.mar.24

SILVA, Isalém A. V. da; et al. Redes de Colaboração nos Anos Finais do Ensino Fundamental II. In: **Educação**: práticas sociais e processos educativos 2. Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

10) PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL DE APRENDIZAGEM PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Docente Responsável: Dr.^a Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Carga horária: 15h

Ementa: Estudo dos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e da promoção da aprendizagem em sala de aula inclusiva. DUA e o atendimento da diversidade em sala de aula. Discussão de possibilidades do uso do DUA considerando as necessidades educacionais dos estudantes em sala de aula inclusiva.

Bibliografia

BÖCK, g. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 16, n. 2, p. 361–380, 2020. DOI: 10.5965/1984317815022019361. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/15886>.

CAMPOS. E. C.. V.; CORDEIRO, K. M.; AVILA, L. L. ; PLETSCH, M. D. Deficiência Intelectual. In: PLETSCH, M. R.; SOUZA, I. M. S.; RABELO, L. C. C.; MOREIRA, S. C. P. C.; ASSIS, A. R. **Acessibilidade e Desenho Universal de Aprendizagem**. Campos de Goytazazes, Encontrografia, 2021. HEREDERO, E. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Rev. bras. educ. espec.** V. 26, N. 4, 733-768, Oct-Dec 2020. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>.

MAINARDES, J.; CASAGRANDE, R. De C. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e a Diferenciação Curricular: contribuições para a efetivação da inclusão escolar. **Sisyphus**, v. 10, n. 3,

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	15/12
--	-------

102-115, 2022.

PLETSCH, M. R.; SOUZA, I. M. S.; RABELO, L. C. C.; MOREIRA, S. C. P. C.; ASSIS, A. R. **Acessibilidade e Desenho Universal de Aprendizagem**. Campos de Goytazazes, Encontrografia, 2021.

ZERBATO, Ana Paula. **Desenho universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educ. Pesqui.** V. 47, 1-19, 2021.

7) ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA ASSISTIVA APLICADA À ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carga horária: 15 h

Docente Responsável: Prof. Dr. David dos Santos Calheiros

Ementa: Estudo sobre acessibilidade e suas diferentes dimensões. Estudo do uso da Tecnologia Assistiva e dos recursos computacionais na escolarização do aluno com deficiência intelectual. Prescrição, seleção, elaboração, confecção, implementação, avaliação e utilização de recursos computacionais no ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

Bibliografia:

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. Tecnologia assistiva e inclusão escolar: mediação e autonomia em questão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3020–3033, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16065. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16065>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CALHEIROS, D. S.; DOUNIS, A. B. Tecnologia Assistiva aplicada ao ensino do aluno com deficiência intelectual. In: Neiza de Lourdes Frederico Fumes; Soraya Dayanna Guimarães Santos; Tarciana Angélica Lopes Damato. (Org.). **Atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência intelectual: aspectos conceituais, legais e práticos**. 1ed. Maceió: Edufal, 2019, v. , p. 103-132.

GALVÃO FILHO, Teófilo. Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. In: GOMES, Cristina (Org.). **Discriminação e racismo nas Américas: um problema de justiça, equidade e direitos humanos**. Curitiba: CRV, 2016, p. 305-321.

OLIVEIRA, A. R. de P. e; GONÇALVES, A. G.; BRACCIALI, L. M. P. Desenho universal para aprendizagem e tecnologia assistiva: complementares ou excludentes? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3034–3048, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16066. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16066>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OZAKI DO ESPIRITO SANTO, H.; RODRIGUES DE BARROS LOBO, R. Desafios encontrados para acessibilidade e inclusão na educação. **Revista Ciência em Evidência**, [S. l.], v. 4, n. FC, p. e023007, 2023. DOI: 10.47734/rce.v4iFC.2372. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/cienciaevidencia/article/view/2372>

PLETSCH, M. D.; SÁ, M. R. C. de; ROCHA, M. G. de S. da. Tecnologias assistivas para a comunicação e a participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 2971–2989, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16062. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16062>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, J. R.; LOURENÇO, G. F. Programa de treinamento para o uso da escrita alternativa: estudo de caso com um jovem com paralisia cerebral. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3106–3121, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16070. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16070>. Acesso em: 20 mar. 2024.

8) PDDE INTERATIVO/SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL - FINANCIAMENTO, ADESAO E GESTÃO DE RECURSOS

Docente Responsável: Dr.^a Elisangela Leal de Oliveira Mercado

Carga horária: 15h

Ementa: A política orçamentária na educação básica destinada à garantia do direito à educação para o público-alvo da educação especial. Estudo do financiamento da educação como instrumento das políticas de descentralização, autonomia e participação nos programas de transferência de recursos às escolas públicas da Educação Básica. Adesão e gestão dos recursos públicos como medida estruturante para consolidar um sistema educacional inclusivo.

Bibliografia

AMARAL, N. C (2012). **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Liber Livro

ANDRADE, E. F.; SANTOS, M. L. A. (2020). PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL: A POLÍTICA E O ÂMBITO ESCOLAR. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 36, n. 3, p. 1068-1087, set.

CASTRO, V. D. B. DE, SOUZA, M. M., FRANÇA, M. G., PRIETO, R. G., & MELO, D. C. F. de. (2022). A Educação Especial na Tramitação do Novo Fundeb: disputas entre o público e o privado. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, 12.

SOUZA, M. M., FRANÇA, M. G., CASTRO, V. D. B. DE, & PRIETO, R. G. (2020). Educação especial e o Fundeb: histórico, balanço e desafios. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**,

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	17/12
--	-------

10

VIANA, M. P. (2017). Os Recursos Financeiros Descentralizados como Indutores da Gestão Democrática e Ferramentas para a Promoção da Qualidade do Ensino. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, 7.

XIMENES, S. B (2014). **Direito à qualidade na educação básica**: teoria e crítica. São Paulo: Quartier Latin.

6. META FÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

Ofertar um curso de aperfeiçoamento de 150 (cento e cinquenta) horas (carga horária), na modalidade online, para 520 cursistas com custo unitário de R\$ 497,44 (cálculo = custeio/qtd. de vagas ofertadas).

7. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 258.672,04

8. VIGÊNCIA DO PROJETO

INÍCIO	TÉRMINO
ABRIL/2024	DEZEMBRO/2024

9. PÚBLICO

O curso de aperfeiçoamento se destina a professores provenientes de diferentes redes públicas da Educação Básica, preferencialmente que atuam em Salas de Recursos Multifuncionais.

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

CRONOGRAMA DO CURSO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – DI

Atividades/Subatividades	Período Inicial	Período Final
Proposição e ajuste do projeto de formação continuada	Abril/2024	Maio/2024
Planejamento das ações, estruturação do projeto e composição da equipe gestora	Maio/2024	Junho/2024
Preparação dos materiais didáticos (diretrizes gerais)	Maio/2024	Junho/2024
Edital de Seleção dos tutores	Junho/2024	Junho/2024
Edital de Seleção dos cursistas	Junho/2024	Junho/2024
Matrícula dos cursistas	Julho/2024	Julho/2024
Cadastramento dos cursistas no ambiente virtual	Julho/2024	Julho/2024

gov.br MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA			18/12
Formação dos professores tutores	Junho/2024	Junho/2024	
Encontros semanais dos professores formadores de módulo com os professores tutores	Julho/2024	Dezembro/2024	
Desenvolvimento dos módulos	Agosto/2024	Dezembro/2024	
Documentar processos realizados	Abril/2024	Dezembro/2024	
Desenvolver relatório de cumprimento de objeto	Dezembro/2024	Dezembro/2024	

11. FORMA DE EXECUÇÃO

11.1. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

ESFERA NACIONAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

ESFERA ESTADUAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

NÚCLEO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

11.2. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

Função	Atividade Desenvolvida	Qtd pessoas	Carga hr/mês	Período (mês)
Secretário	Atividades administrativas do projeto: controle acadêmico nos sistemas da universidade, cronogramas, organização de encontros.	2	160	9
Técnico contábel	Atividades contábeis do projeto: especificamente relacionadas a transferência do recurso orçamentário da universidade para a fundação de apoio	1	80	1
Técnico em AVA	Profissional especialista em tecnologias de informação, em engenharia de redes, computação e informática, com conhecimento da plataforma Moodle.Implantação e utilização do AVA. É responsável pelo planejamento, implantação e acompanhamento da infraestrutura necessária para o acesso ao curso pelos alunos.	1	160	6
Designer Educacional	Desenvolver recursos para web: site,	1	160	6

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA				19/12
	<i>fanpage e twiter, diagramar materiais.</i>			
Revisor	Realizar a revisão gramatical e ortográfica dos materiais produzidos e dos ebooks	1	160	6
Técnico em EaD	Articular institucionalmente a proposta na Coordenadoria Institucional de Educação a Distância	1	80	9

11.3. MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em Serviço de Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Visual, será realizado pela **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**, por meio da **DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA**, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto.

A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da SECADI suspensos até que a situação seja regularizada.

12. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

12.1 Do curso de CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – DI

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição do Item de despesa	Qtd. de pessoas	CH mensal	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Secretário	2	160	9	2.000,00	36.000,00
Técnico Contábel	1	80	1	1412,00	1.412,00
Técnico de AVA	1	160	6	3.000,00	18.000,00
Designer Educacional	1	80	6	1.500,00	9.000,00
Revisor	1	160	6	3.000,00	18.000,00
Interprete de Libras	2	160	6	3.000,00	36.000,00
Audiodescritor	2	160	6	3.000,00	36.000,00
Designer Digital com especialização em acessibilidade digital	1	80	6	1.500,00	9.000,00
Técnico em EaD	1	80	9	1.500,00	13.500,00
SUBTOTAL	10				176.912,00
Justificativa: Os profissionais a serem contratados permitirão o bom funcionamento do curso, implicando no acompanhamento dos cursistas, materiais de qualidade e disponibilizados com os recursos mais apropriados, assim como colaborarão na prestação de contas do projeto. O secretário realizará todo o serviço de secretaria do curso, sendo responsável pela documentação do curso, matrícula dos alunos, contato com tutores, formadores, conteudistas, realização das atas das reuniões, entre					

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	20/12
--	-------

outras atividades.

O técnico contábel será responsável em elaborar plano administrativo financeiro para o gerenciamento do curso, o plano de trabalho, a planilha de custos, a requisição de contratação e a transferência do recurso para a fundação.

O técnico em AVA será responsável pela postagem de conteúdos no ambiente virtual de aprendizagem, bem como a resolução de eventuais dificuldades ocorridas no AVA.

O designer educacional será contratado para propor o melhor design para o AVA dos conteúdos das unidades curriculares, tornando-os acessíveis, desafiadores, instigantes e motivadores para os cursistas.

O revisor será o responsável por fazer toda a revisão gramatical e ortográfica de todo o conteúdo das unidades curriculares a serem disponibilizada no AVA.

O intérprete de Libras, o audiodescritor e o designer especialista em acessibilidade digital serão os responsáveis em garantir a acessibilidade informacional, digital e comunicacional dos materiais produzidos e postados no AVA para mediar a aprendizagem do cursistas.

Técnico em EaD irá articular institucionalmente a proposta na Coordenadoria Institucional de Educação a Distância.

Obrigações Tributárias e Contributivas						
Descrição do item de despesa	Nº Pessoas	Período (Mês) ⁴	Nº parcelas	% aplicado	Valor Mês (R\$)	Valor Total (R\$)
Secretário	2	9	9	20	800,00	7.200,00
Técnico Contábel	1	1	1	20		282,40
Técnico de AVA	1	6	6	20	600,00	3.600,00
Designer Educacional	1	6	6	20	300,00	1.800,00
Revisor	1	6	6	20	600,00	3.600,00
Interprete de Libras	2	6	6	20	1.200,00	7.200,00
Audiodescritor	2	6	6	20	1.200,00	7.200,00
Designer Digital com especialização em acessibilidade digital	1	6	6	20	300,00	1.800,00
Técnico em EaD	1	9	9	20	300,00	2.700,00
SUBTOTAL						35.382,40
Justificativa: pagamento de encargos obrigatórios na contratação de prestadores de serviços para o curso.						

Insumos: material de consumo e outros serviços

⁴ A duração do tempo da contratação considera o email da Secretaria de 3 meses para a preparação do curso e 6 meses para a execução de um curso de 180 horas.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA				21/12
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Papel A4 gramatura 75g	Resma	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
Lápis grafite nº 2	Caixa	1	R\$ 92,00	R\$ 92,00
Canetas esferográficas	Caixa	2	R\$ 60,00	R\$ 120,00
Cartucho preto para impressora	Cartucho	10	R\$ 95,00	R\$ 950,00
Cartucho colorido	Cartucho	20	R\$115,00	R\$ 2.300,00
Tesoura	Unidade	2	R\$ 20,00	R\$ 40,00
Cola branca 40g	Unidade	5	R\$ 1,00	R\$ 5,00
Fita adesiva transparente	Unidade	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00
Grampeador	Unidade	4	R\$ 40,00	R\$ 160,00
Grampos	Caixa	5	R\$ 25,00	R\$ 125,00
Clipes	Caixa	5	R\$ 4,00	R\$ 20,00
Perfurador de papel	Unidade	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
Pasta Colecionadora com elástico	Unidade	50	R\$ 4,00	R\$ 200,00
Registrador de A-Z	Unidade	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
SUBTOTAL				R\$ 4.662,00
Justificativa: Os materiais de consumo irão garantir a operacionalização material do curso e o funcionamento do serviço de secretaria do curso - processos seletivos, matrículas, acompanhamento, elaboração de relatórios, certificação dos participantes.				

Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Registro na Biblioteca Nacional	Unidade	2	100,00	200,00
Serviços de produção de ebook	Unidade	2	6.000,00	12.000,00
Revisão textual dos e-book	Unidade	2	3.000,00	6.000,00
Gestão Administrativa e financeira – Pessoa Jurídica (Fundepes)*	Contratação	1	23.515,63	23.515,64
SUBTOTAL				41.715,64
Justificativa: O registro da Biblioteca Nacional será para o registro dos dois ebooks que serão produzidos para o curso (um com os conteúdos das unidades curriculares e outro com o relato de experiências). Os serviços de produção de ebooks e o de revisão textual dos ebooks serão contratos para garantir a qualidade dos materiais a serem produzidos. Tendo em vista a escassez de servidores nos setores relacionados a gestão de projetos e o financeiro da Ufal e a experiência em execução de projetos junto à Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes), torna-se viável e ágil que a gestão do recurso seja trabalhada via pessoa jurídica. Assim, será destinado à Fundepes, para tal serviço, o valor de 10% do valor total do projeto.				

gov.br MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA	22/12
--	-------

Do curso de **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – DI**

NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – pessoa física	176.912,00
3.3.00.00.00	Contribuições tributárias e contributivas	35.382,40
3.3.90.30.00	Material de consumo	4.662,00
3.3.90.39.00	Pessoa Jurídica	41.715,64
TOTAL GERAL		R\$ 258.672,04

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Maceió, 25 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br **NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES**
 Data: 26/07/2024 10:41:46-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Drª. Neiza de Lourdes Frederico Fumes
 Coordenadora do Curso

JOSEALDO
TONHOLO:1
6392398805
 Josealdo Tonholo
 Reitor da Universidade Federal de Alagoas

Assinado digitalmente por JOSEALDO
 TONHOLO:16392398805
 NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
 Federal do Brasil - RFB, OU=ARMPROG, OU=
 RFB e CPF A3, CN=JOSEALDO
 TONHOLO:16392398805
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Localidade:
 Data: 2024.07.26 09:19:00-0300
 Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0



Emitido em 19/08/2024

PLANO DE TRABALHO Nº 1/2024 - CIED (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

Plano de Trabalho para Projetos/Convênios.

(Assinado digitalmente em 19/08/2024 16:22)

SOCRATES ARAGAO REIS

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

CIED (11.02.04)

Matrícula: ###155#8

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.sig.ufal.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **PLANO DE TRABALHO**, data de emissão: **19/08/2024** e o código de verificação: **fc4f8b675c**